



65000,00 Educação  
12x de 5.416,66  
4/2/19 a 31/12/19

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÓPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 003/2019

Processo n° 0082/18

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÓPOLIS E A OSC ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO INFANTIL LIMEIRENSE**

A Prefeitura Municipal de Iracemópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antonio Joaquim Fagundes, nº 237, Centro, Iracemópolis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.786.159/0001-11, representada pelo seu Prefeito, Fábio Francisco Zuza, brasileiro, casado, portador do RG nº 18.675.964 SSP/SP e do CPF nº 078.760.158-67, residente e domiciliado na Rua José Fermino nº 55, Parque José Modenez, na cidade de Iracemópolis, Estado de São Paulo, neste ato denominada **CONTRATANTE** e **ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO INFANTIL LIMEIRENSE - ARIL**, organização declarada de utilidade pública através da Lei nº 1.675 DE 24/10/2007, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.472.447/0002-85, com sede na Rua Pedro Chinelato, nº 254, Centro, na cidade Iracemópolis, Estado de São Paulo, devidamente representada por seu Presidente, Wanderlei Marcos Vieira, portador do RG nº 22.747.856-3 SSP/SP, e do CPF nº 131.332.908-86, residente e domiciliado na Rua Senador Vergueiro, nº 1.119 – Ap. 81, Centro, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, neste ato denominada **CONTRATADA**, por este instrumento e, devidamente autorizados pela Lei nº 2370/18 de 05 de Dezembro de 2018, PPA, LDO e LOA, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as cláusulas adiante ajustadas, que, mútua e reciprocamente se outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** para a execução do Objeto: Favorecer o desenvolvimento de criança, jovens e adultos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) propiciando sua integração na família e na comunidade e uma vida significativa e tão próxima do normal quanto possível, através do desenvolvimento das potencialidades; Favorecer a família das pessoas com TEA, informações, orientações e apoio, tendo em vista que estas enfrentam sérios obstáculos e discriminação para que possam exercer seu direito de cidadania; Favorecer o desenvolvimento do conhecimento científico e da técnica da habilitação e reabilitação de pessoas com TEA.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Os recursos a serem transferidos à **OSC** são originários do Orçamento Municipal, Fundo Municipal de Educação Básica, conforme dotação abaixo:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.07 – Fundo Municipal de Educação Básica

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.01 – Fundo Municipal de Educação Básica

FUNCIONAL: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais

FONTE: 01 – Tesouro

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total a ser repassado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** à **OSC** será de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) em 12 parcelas de R\$ 5.416,66 (cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) a ser depositado em **conta corrente específica**, vinculada a esse instrumento, nº 26349-4, agência 3383-9, Banco do Brasil, até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, mediante relatório circunstanciado de atividades.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES I - A OSC OBRIGA-SE A:

- a. Executar diretamente as atividades objeto deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, na conformidade do Plano de Trabalho e da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015;
- b. Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Saúde, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- c. Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar para alcançar os objetivos deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
- d. Assegurar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização do **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
- e. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo controle interno e dos membros da comissão de monitoramento e avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

de Contas, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da OSC;

- f. Aplicar, integralmente, os recursos financeiros repassados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no desenvolvimento do objeto do presente ajuste;
- g. Apresentar, mensalmente, relatório de atividades e relação de usuários atendidos vinculado ao cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, aprovados pelo Gestor da parceria;
- h. Apresentar, nos termos dos artigos do Decreto Municipal, da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, e Instrução do Tribunal nº 02/2016, a prestação de contas parcial e final, mediante apresentação de relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como da declaração quantitativa de atendimento nesse período, assinada pelo representante da **OSC**, conforme modelo específico, acompanhado de cópia dos extratos da conta bancária específica;
- i. Apresentar de acordo com as Instruções nº 02/2016 do TCE/SP, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução da parceria no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, bem como respectiva prestação de contas;
- j. Apresentar de acordo com a Instrução nº 002/2016 artigo 167, parágrafo XIV, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicados no objeto da parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-14.
- k. No encerramento da parceria, Prestação de Contas anual, a entidade encaminhará Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo contido no Anexo RP-14, de acordo com a IN 002/2016 – TCE – SP, em seu artigo 168 parágrafo VII.
- l. Prestar contas finais, até 31 de janeiro, nos moldes do Tribunal de Contas – TCE – SP, de todo o recurso da parceria, ademais recolhendo ao Erário Municipal os eventuais saldos remanescentes dos recursos repassados e não aplicados dentro do período aprazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas. O descumprimento do prazo estipulado para a apresentação da prestação de contas, assim como para se efetuar o recolhimento, se for o caso, acarretará o impedimento de receber quaisquer outros recursos da **ADMINISTRAÇÃO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

**PÚBLICA;**

- m. Encerrando o Exercício Fiscal de 2019, a Entidade apresentará até 31 de março de 2020 as Demonstrações Contábeis em consonância com as técnicas contábeis de escrituração de acordo com os princípios de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- n. Manter contabilidade e registro atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos atendidos à disposição dos agentes públicos e, ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
- o. Garantir a afixação de placas indicativas da participação da Prefeitura em lugares visíveis nos locais da execução dos projetos e consoante a legislação específica pertinente que rege a matéria;
- p. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica citada neste instrumento;
- q. Transferir e permitir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- r. Manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias;
- s. Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos;
- t. Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado reprogramar;
- u. Anexar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;
- v. Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- w. Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago parcialmente quando a despesa for paga com recursos do objeto e outras fontes;
- x. Divulgar esta parceria, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

data da assinatura, identificação do instrumento, do ÓRGÃO CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria;

- y. Oficiar a relação de parentesco vinculado ao objeto, caso houver, de dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau que tenha relação direta com servidores ou agentes políticos diretamente ligados à CONCEDENTE, inclusive no âmbito do Legislativo;
- z. Cumprir os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos consistentes ao divulgar pela via eletrônica todas as informações sobre suas atividades e resultados, estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviços de pessoas físicas e os respectivos valores pagos, lista de prestadores de serviços de pessoas jurídicas e os respectivos valores pagos, remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções, balanços e demonstrações contábeis, relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras, regulamento de contratação de pessoal;
- aa. Demonstrar e identificar gastos custeados com os recursos públicos que foram repassados, devendo esse detalhamento constar dos "Portais de Transparência" tanto da entidade beneficiária como dos órgãos concessionários;
- bb. Afixar em quadro próprio: Certidões Negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Balanço Patrimonial e demais peças contábeis, ECF/ECD Contábil, Registro no Conselho Profissional Competente, Certidão Negativas de Débitos Trabalhistas, Certificação AVCB e Alvará.

**II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OBRIGA-SE A:**

- a. Garantir o repasse de recursos, de acordo com os critérios estabelecidos;
- b. Fixar e dar ciência a OSC dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do programa objeto deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
- c. Assessorar, supervisionar e fiscalizar a implantação e o desenvolvimento do objeto do **TERMO DE COLABORAÇÃO**, qualitativa e quantitativamente, indicando parâmetros e requisitos mínimos para as atividades desenvolvidas;
- d. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:

1. A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
  2. As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- e. Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **OSC**;
- f. Assinalar prazo para que a **OSC** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros até a resolução da irregularidade;
- g. Submeter a prestação de contas final deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, apresentada pela **OSC** a apreciação do Controle Interno para análise e anuência do parecer emitido pela Prefeitura Municipal de Iracemópolis e pelo Gestor, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- h. Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada prorrogação ao exato período do atraso.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA RENOVAÇÃO**

O prazo de vigência da execução do presente termo é de até 31/12/2019 podendo ser alterado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentado à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU DESISTÊNCIA**

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das cláusulas aqui estabelecidas, ou ocorrendo a superveniência de norma legal ou fato, que o torne material ou formalmente inexequível. Na hipótese de denúncia, rescisão ou desistência, ficam os partícipes obrigados a manter suas obrigações até o último dia do mês subsequente àquele em que ocorrer o fato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**  
Estado de São Paulo  
CNPJ 45.708.159/0001-11

As reuniões entre os representantes credenciados das partes, necessárias ao desenvolvimento do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, bem como quaisquer outras ocorrências, deverão ser registradas em atas, assinadas pelos partícipes.


**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro da Comarca de Limeira, SP.


E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que surta seus efeitos legais.

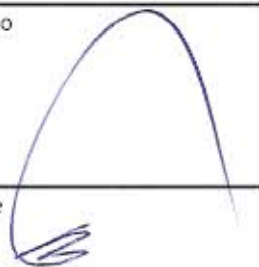
Iracemápolis, 04 de Fevereiro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Iracemápolis  
Fábio Francisco Zuza

  
\_\_\_\_\_  
Associação de Reabilitação Infantil Limeirense  
Wanderlei Marcos Vieira

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Maria Lucia Grillo Cardoso  
CPF: 123.400.528-07

  
\_\_\_\_\_  
Mario Domingos Leme  
CPF: 309.213.681-00